

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 33

(Sem revisão final)

28 de março de 2019

(16 h 53 m – 19 h 15 m)

Ordem do dia:

Audição do Chefe da Secção de Investigação Criminal, Tenente-Coronel Luís Sequeira.

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados:

Carlos Peixoto (PSD)

Telmo Correia (CDS-PP)

Ascenso Simões (PS)

João Vasconcelos (BE)

Jorge Machado (PCP)

Leonel Costa (PSD)

Jorge Gomes (PS)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos dar início à parte da reunião agendada para discutir e votar os vários requerimentos apresentados pelos grupos parlamentares do CDS-PP e do PSD relativos ao envio de documentação, à audição do comandante da Brigada Mecanizada e à acareação entre o General Rovisco Duarte e do Tenente-General Faria Menezes.

Eram 16 horas e 53 minutos.

Em conformidade com o que havia sido acordado em reunião de Mesa e Coordenadores, atribuímos o tempo de até 3 minutos para os grupos parlamentares se pronunciarem no sentido de apresentarem e discutirem os requerimentos. Sendo certo que, vou adiantando, relativamente ao conjunto de requerimentos que não versam sobre pedidos de documentação, havia sido consensualizado, mas obviamente será submetido a votação formal desta Comissão, que os mesmos mereceriam a aprovação de todas as Sr.^{as} e Srs. Deputados, levantando-se apenas questões relativamente aos requerimentos de acareação apresentados.

Pela ordem de apresentação dos requerimentos, dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos Peixoto, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Sr. Presidente, estamos a falar dos três requerimentos ou apenas de um?

O Sr. **Presidente**: — Pode falar de todos, mas atendendo a que os demais foram consensualizados e serão previsivelmente aprovados por unanimidade era apenas o relativo à acareação.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Muito bem. Sr. Presidente, já que com os outros requerimentos aconteceu isso, o Grupo Parlamentar do PSD gostaria muito de que, com este da acareação, também pudesse acontecer o mesmo.

A razão é muito simples: tivemos aqui versões comprovada e confessadamente contraditórias do Sr. Tenente-General Faria Menezes e do General Rovisco Duarte, quando se falou de pressões.

Podemos claramente intuir que quando um CEME (Chefe do Estado-Maior do Exército) fala de pressões e de pressões superiores só pode falar de pressões políticas, porque não há ninguém que, na hierarquia militar, esteja acima do Sr. General.

Por isto, e porque entendemos que há um imperativo de verdade que se sobrepõe a qualquer outro tipo de cautela, é por isso que existe esta Comissão de Inquérito, pedimos que o Sr. Tenente-General Faria Menezes venha aqui para que, olhos nos olhos, diga ao General Rovisco Duarte aquilo que disse e que o Sr. General Rovisco Duarte recusou.

Ora bem, sabemos que estas acareações têm sempre impactos negativos que podem eventualmente criar um problema maior do que a solução. Como queremos preservar a dignidade das Forças Armadas e manter a honorabilidade dos visados, entendemos que estas audições devam ser feitas à porta fechada.

É esse o requerimento que fazemos aqui de forma mais vincada, sendo certo que não é a primeira vez que isto acontece. Já o disse e repito: aconteceu na comissão de Camarate e espero que possa acontecer nesta Comissão de Inquérito.

Se, eventualmente, estes requerimentos não forem aprovados, não levem a mal, Srs. Deputados, que o PSD conclua, e de forma muito frontal, que há aqui alguém que não quer que a verdade se saiba. Estas coisas têm de

ser chamadas pelos nomes! Uma contradição destas não pode passar em claro, não pode morrer aqui.

Acho que nenhum dos Srs. Deputados, nenhum dos grupos parlamentares tem qualquer tipo de receio de que as coisas se saibam ou de que possam saber-se, independentemente de não conseguirmos adivinhar o que é que, numa eventual acareação, poderá acontecer. Sabemos que devemos fazer tudo para que a verdade venha ao de cima e é esse o sentido deste requerimento que é feito com todas as cautelas de respeito pela integridade e pelo lugar que estas personalidades têm e nós próprios saberemos ser delicados a colocar a questão.

Apelo aos restantes grupos parlamentares que votem favoravelmente este requerimento.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Telmo Correia, nos mesmos termos.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, seguindo a sugestão do Sr. Presidente, dispensava-me de comentar os outros requerimentos, que são óbvios. De resto, a audição do comandante da Brigada Mecanizada (BrigMec) tem a ver com quem autorizou ou não a entrada da PJ (Polícia Judiciária) em Santa Margarida, como é evidente e foi por isso que o apresentámos.

Depois temos requerimentos relativos a documentação cuja necessidade surgiu ao longo das reuniões, seja a documentação relativa à denúncia, sejam as atas da UCAT (Unidade de Coordenação Anti-Terrorismo) que ainda não temos. Esses são óbvios.

Em relação ao requerimento da audição e da acareação, o nosso pedido de acareação não é exatamente coincidente com o que foi feito pelo Partido Social Democrata. O nosso tem a ver com a contradição entre as declarações

dos tenentes-generais que apresentaram a sua demissão e do Chefe do Estado-Maior do Exército que são contradições, na nossa opinião, como dissemos, de resto, na aclaração que foi pedida pelo Sr. Presidente e a que demos assentimento, muito evidentes.

Ouvimos os tenentes-generais dizerem que se demitiram na sequência da demissão dos cinco comandantes das Unidades, por considerarem que havia uma quebra da hierarquia militar, uma quebra de lealdade e que isso não era aceitável. Ouvimos, depois, o Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército dizer que não seria bem assim e que se teriam demitido porque havia ambições pessoais, antigas, chegando ao ponto de nos referir incompetência desses mesmos tenentes-generais em missões externas do Estado português.

Confrontei, de resto, o Sr. General Rovisco Duarte com a diferença dessas declarações e dessa postura e ele, na altura, disse-me que não tinha problema nenhum em ser confrontado e se alguém entendia que devia haver acareação que assim se faria.

Conheço a crítica e a contracrítica e respeito-as, como é evidente. A crítica, nalguns casos, vem inclusivamente de membros do Exército, ainda que já na reserva.

No entanto, devo dizer que, do meu ponto de vista, enquanto parlamentar, temos os principais responsáveis do Exército, nenhum deles atualmente em funções, que vêm aqui trocar acusações deste grau e deste teor sem dar, de resto, direito de resposta aos primeiros que foram ouvidos e depois a culpa é nossa?! Quer dizer, a culpa é nossa por querermos um esclarecimento?!

Acho que é muito difícil, ainda que possa compreender uma argumentação num sentido ou no outro, uma Comissão de Inquérito não procurar esse esclarecimento.

De resto, exposta a razão e a crítica, diria que sabemos que, muitas vezes, nestas circunstâncias, é precisamente destas divergências ou desta

discussão que se pode fazer alguma luz. Com o devido respeito pelos Srs. Generais, diz o povo: zangam-se as comadres... E isso pode ser útil para apurarmos algumas questões e algumas verdades. Essa é a nossa ideia.

Não temos objeção nenhuma a que, se a acareação vier a ser aprovada, seja feita à porta fechada. Não temos problema com isso. É, para nós, suficiente, que a Comissão os oiça. Mantemos o requerimento que será, obviamente, sujeito à votação da Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Dava agora a palavra ao Sr. Deputado Ascenso Simões, nos mesmos termos.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, ouvindo o Sr. Deputado Carlos Peixoto, recordei-me da entrada de Pilatos no pretório e da pergunta que fez a Cristo: «O que é a verdade?» E Cristo ficou calado.

Verdadeiramente, o que o Sr. Deputado Carlos Peixoto aqui disse é contrariado pelas transcrições das audições que já recebemos. No mesmo sentido, também é contrariado o requerimento do CDS-PP, porque as transcrições também não confirmam as indicações do requerimento do CDS.

Portanto, fazer acareações que não partem de uma base confirmada pelas transcrições das audições aqui feitas é mesmo não querer fazer acareações! É querer criar factos políticos novos relativamente a divergências pessoais e a não questões de relações institucionais relacionadas com o comportamento do Exército.

Há uma segunda questão que tem a ver com o facto de, talvez, nos esquecermos de que, nas Forças Armadas, o chefe não tem de prestar contas a ninguém. O chefe, general de quatro estrelas, não tem de explicar nada aos tenentes-generais de três estrelas. Fazer uma acareação de um general de quatro estrelas com generais de três estrelas é...

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Tem de nos explicar a nós!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Não, não!

Os generais de três estrelas é que se calam relativamente àquilo que o general de quatro estrelas disse. Porque essa é a regra e a hierarquia do Exército e das Forças Armadas! É o princípio das Forças Armadas!

Portanto, Srs. Deputados, o Partido Socialista não só não aprovará estes requerimentos, como se recusará a participar nas acareações, porque elas estão esclarecidas nas transcrições das mesmas audições e porque se trata de mera chicana política que não deve ser aceite pela Comissão de Inquérito.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos, nos mesmos termos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, relativamente aos requerimentos apresentados pelo CDS sobre a vinda do comandante da Brigada Mecanizada e os documentos que o Sr. Deputado Telmo Correia frisou, naturalmente que votaremos a favor, tendo em conta que quanto mais esclarecimento houver nesta Comissão melhor. Estamos aqui para apurar as consequências e responsabilidades políticas do furto do material militar ocorrido em Tancos.

Relativamente às acareações requeridas tanto pelo PSD, como pelo CDS, é entendimento do Bloco de Esquerda que poderá não haver matéria para se fazerem, tendo em conta aquilo que foi produzido nas declarações feitas aqui pelos Srs. Oficiais Gerais e também lendo as transcrições.

É evidente que esta é uma matéria complexa e sensível que poderá, naturalmente, levar a alguma situação... Enfim, temos algumas personalidades e oficiais que não gostarão que isso seja feito, tendo em conta

que poderá manchar ainda mais o prestígio do Exército, mas estamos numa Comissão de Inquérito. Evidentemente se não for matéria para acareação, então, em plena Comissão de Inquérito, dirão o que terão a dizer.

O Bloco de Esquerda não se irá opor a estas acareações, porque queremos que a verdade seja apurada. Isto faz parte do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, não é nada de outro mundo. Já agora, o Bloco de Esquerda defende que seja à porta aberta! É um princípio que temos, porque sabemos que à porta fechada a informação também passa lá para fora imediatamente. Aquilo que se passa à porta fechada, naturalmente que irá logo lá para fora e o País precisa de saber que isso aconteceu.

Diz o Sr. Deputado Ascenso Simões que o Chefe, o General não tem de obedecer a ninguém e que esse é o princípio das Forças Armadas. Mas, em nosso entender, esse é um princípio antidemocrático e que não deve existir na nossa democracia. Esse é o princípio das ditaduras! Onde é que estamos, afinal?!

O Bloco de Esquerda não se irá opor às acareações, naturalmente. Não votaremos a favor, mas também não votaremos contra.

O Sr. **Presidente**: — Para concluir, então, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado, nos mesmos termos.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, relativamente a esta proposta de acareação por parte do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata e do CDS-PP, em primeira instância, queremos dizer que há uma inutilidade do requerimento.

As transcrições das audições dos tenentes-generais e do General Rovisco Duarte demonstram que não há nenhuma contradição objetiva entre as declarações prestadas. Portanto, não havendo contradições não há matéria objetiva para a acareação.

Mais, todos sabemos que o General Rovisco Duarte, bem como os tenentes-generais Faria de Menezes e Antunes Calçada vão manter exatamente o mesmo que disseram nas respetivas audições, não alterando nada! Portanto, estamos face a uma inutilidade completa daquilo que é o requerimento, primeiro aspeto.

Face à inutilidade, como é que se justifica o requerimento? Sr. Presidente, não temos dúvidas em classificar os requerimentos apresentados pelo PSD e pelo CDS como irresponsáveis, oportunistas e com uma gigantesca falta de sentido de Estado.

O Sr. Carlos Peixoto (PSD): — Ora essa?!

O Sr. Jorge Machado (PCP): — É uma irresponsabilidade por parte do PSD e do CDS-PP, porque não têm qualquer tipo de pejo em colocar a nu matérias que são do foro e do funcionamento interno do Exército.

Segundo motivo: oportunismo! Isto porque para o PSD e para o CDS tudo serve para atacar politicamente, mesmo que isso implique a degradação da imagem de um ramo do Exército.

Aliás, queria aqui registar que não há interpelação a militares, por parte da bancada do PSD ou do CDS, que não comece com a expressão «temos todo o respeito e consideração pelos ramos das Forças Armadas» e depois fazem isto. E depois fazem isto, que é pôr a nu,...

O Sr. Carlos Peixoto (PSD): — Mas fazem isto, o quê?

O Sr. Jorge Machado (PCP): — ... pôr a nu...

O Sr. Carlos Peixoto (PSD): — Então para que é a Comissão de Inquérito?

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, se me permite, é pôr a nu as fragilidades internas, utilizar oportunisticamente esta acareação para degradar a imagem de um ramo das Forças Armadas e com uma gigantesca falta de sentido de Estado, porque sabem que estamos, efetivamente, perante uma matéria que pode pôr em causa a sua coesão interna.

Portanto, sabemos que a acareação coloca problemas não só de imagem como de coesão interna e, portanto, falta sentido de Estado ao PSD e ao CDS-PP. E todos os apelos que foram feitos, fora do Parlamento, para haver uma reponderação por parte destas bancadas, não teve a mínima consideração por parte das mesmas. E quem fez este apelo de reponderação, relativamente à acareação, não foi o PCP, foram militares, que, com sentido de Estado, perceberam o que estava aqui em cima da mesa.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendemos que não é altura de nos pormos em cima do muro e não olharmos nem para um lado nem para o outro. Votaremos convictamente contra os requerimentos apresentados, por parte do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Concluído, então, este período de exposição, Sr. Deputado...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, há uma série de coisas que foram ditas pelo Sr. Deputado Jorge Machado que têm de ter algum tipo de réplica. O Sr. Presidente entenderá em que termos, mas, no mínimo, será defesa da consideração da bancada. No mínimo.

O Sr. **Presidente**: — A invocação de defesa da honra...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — No mínimo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — ... sobrepõe-se, como sabe, a todas as demais questões. Dou-lhe um minuto para defender a honra ultrajada.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — E chega um minuto, Sr. Presidente.

Quero apenas dizer, e em particular... Enfim, quanto ao Sr. Deputado Ascenso Simões, não perderei muito tempo. Quer dizer, quando um Chefe nos diz «eles demitiram-se, porque eram incompetentes e prestavam intrigas e queriam lugares», e os outros dizem «nós demitimo-nos por uma questão de honra,...» — que é o que está nas atas, como sabe —, «... porque não aceitámos a demissão dos comandantes das Unidades», e não há contradição nenhuma... Não preciso de dizer mais.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — E faz-se uma acareação sobre isso?!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Em relação ao que disse o Sr. Deputado Jorge Machado, queria dizer só o seguinte: não vou buscar nem outras comissões, nem outras posições do partido que o Sr. Deputado Jorge Machado representa. Não vou buscar nada disso, não vale a pena.

Digo-lhe, Sr. Deputado, sobre isto podemos ter, de facto, dois entendimentos: ou ouvimos apelos externos e nos submetemos ou ouvimos apelos externos e temos o nosso próprio discernimento, que é o que estamos a fazer.

Ouvi os apelos, mas mantenho a minha posição.

E, depois...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.*

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Claro, estou só a falar... Não! Em relação a irresponsabilidade e várias coisas desse género, não há nenhuma irresponsabilidade, porque nós ponderámos, Sr. Deputado.

E o que ponderei foi o seguinte: do ponto de vista de proteção da instituição, o que é que é melhor? Esclarecer os erros que aconteceram no passado, com chefes que não confiavam uns nos outros e com o General, que era quem mandava mais, mas estava desconfiado daqueles que estavam imediatamente abaixo, teoricamente com toda a gente a intrigar...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pedia-lhe que concluísse.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Pois, para que isso não se repita, qual é a melhor forma de proteger a instituição?

Os dois entendimentos são legítimos. O meu é esclarecer, é não tapar, é não esconder, porque também este tipo de situações levou a Tancos, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Telmo Correia...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Também este tipo de situações levou a Tancos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Telmo Correia, obrigado.

Tem a palavra, nos mesmos termos, também para a defesa da honra, o Sr. Deputado Carlos Peixoto.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Sr. Presidente, só queria lembrar aqui que foi o próprio Sr. General Rovisco Duarte que, quando confrontado com

a possibilidade de vir a ser acareado, disse que considerava a diligência útil. A expressão é dele.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — É verdade! Está lá escrito.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Agora reparem, quando é o próprio CEME, o visado, a dizer que acha útil vem o Sr. Deputado Jorge Machado, a dizer que a diligência é inútil?!

Quando ele acha que deve esclarecer, vêm o Sr. Deputado Jorge Machado e o Sr. Deputado Ascenso Simões dizer que não vale a pena esclarecer. Quando ele quer chegar aqui e dizer a verdade, os senhores querem coartar a possibilidade de ele vir aqui dizer a verdade e, por imperativos...

A Sr.^a **Sandra Pontedeira** (PS): — Já a disse!

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Desculpem! Desculpem, não vale a pena os visados quererem vir cá e os senhores não quererem que eles cá venham. Não podemos ter medo de esclarecer as coisas definitivamente.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Não há contradições!

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Não pode o Sr. Deputado Jorge Machado ter dotes de adivinhação para estar aqui a ensaiar uma ideia de que os visados não vêm cá esclarecer nada.

Mas como é que sabe se vêm esclarecer ou se não vêm esclarecer?

Aquilo que verdadeiramente nos importa, Sr. Presidente, sem nenhum tipo de irresponsabilidade, de inoportunidade, de inutilidade, é que há aqui um princípio de verdade que se sobrepõe a todos. E aquilo que tentámos

fazer, para não criar a tal imagem de degradação do Exército, foi ouvir estes senhores militares à porta fechada.

Essa era a melhor homenagem que nós lhes podíamos prestar.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, terminada a apresentação e a pronúncia por todos os grupos parlamentares, iremos então proceder à votação, obviamente separada porque são dois requerimentos diversos e duas acareações.

Ponho à votação, que é nominal, o requerimento de acareação apresentado pelo PSD.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra dos Deputados do PS Ascenso Simões, Diogo Leão, Filipe Neto Brandão, Maria da Luz Rosinha, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco e do Deputado do PCP Jorge Machado, votos a favor dos Deputados do PSD Berta Cabral, Carlos Peixoto e Leonel Costa e do Deputado do CDS-PP Telmo Correia e a abstenção do Deputado do BE João Vasconcelos.

Ponho, agora, à votação, o requerimento de acareação apresentado pelo CDS-PP.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra dos Deputados do PS Ascenso Simões, Diogo Leão, Filipe Neto Brandão, Maria da Luz Rosinha, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco e do Deputado do PCP Jorge Machado, votos a favor dos Deputados do PSD Berta Cabral, Carlos Peixoto e Leonel Costa e do Deputado do CDS-PP Telmo Correia e a abstenção do Deputado do BE João Vasconcelos.

Votamos, agora, o requerimento, apresentado pelo CDS, de audição do Sr. Comandante da Brigada Mecanizada, em funções à data da recuperação do material desaparecido.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Votamos ainda os requerimentos relativos ao conjunto de documentos solicitados.

Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.

Estão, assim, votados todos os requerimentos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos interromper os trabalhos por uns minutos para iniciarmos, de seguida, a audição que consta da ordem do dia.

Pausa.

Srs. Deputados, vamos agora proceder à audição do Chefe da Seção de Investigação Criminal da GNR de Faro, o Sr. Tenente-Coronel Luís Sequeira, a quem quero agradecer a presença e disponibilidade para prestar os esclarecimentos solicitados pelas Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Tive a oportunidade de perguntar ao Sr. Tenente-Coronel Luís Sequeira se pretendia usar da palavra antes de questionado, que dispensou essa prerrogativa, pelo que se iniciará de imediato o período de questões a colocar pelos diversos grupos parlamentares. Nos termos regimentais, hoje competirá ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e ao Sr. Deputado João Vasconcelos começar, dispondo, para tal, de 8 minutos.

Sr. Deputado, a partir deste momento, a palavra é sua.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, queria cumprimentar o Sr. Tenente-Coronel Luís Sequeira, Chefe da Secção de Informações e Investigação Criminal do Comando Territorial da GNR de Faro. Acho que estou correto.

Sr. Tenente-Coronel, estamos aqui nesta audição para apurar as consequências e responsabilidades políticas do furto que ocorreu em Tancos. Na altura dos acontecimentos, no dia 28 de junho de 2017, e da recuperação do material, em outubro de 2017, que funções desempenhava o Sr. Tenente-Coronel? Eram as mesmas que desempenha agora ou, nessas duas datas, desempenhava outras?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira** (Chefe da Seção de Informações e Investigação Criminal do Comando Territorial da GNR de Faro): — Muito boa tarde. Cumprimento o Sr. Presidente, as Sr.^{as} e os Srs. Deputados.

Agradeço essa pergunta porque é necessário fazer aqui um pequeno esclarecimento.

À data dos factos, eu era o Chefe da Secção de Informações e Investigação Criminal do Comando Territorial da GNR de Faro, mas desde 1 de agosto de 2018 assumi as funções de 2.º Comandante do Comando Territorial de Faro.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Muito obrigado, Sr. Tenente-Coronel.

Pode explicar-nos como funciona e qual é a jurisdição da Secção que chefiava na altura, a Secção de Informações e Investigação Criminal do Comando Territorial da GNR de Faro? Tinha a tutela sobre o Núcleo de Investigação Criminal de Loulé, por exemplo?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sim. De acordo com a nossa orgânica, as secções de informações e investigação criminal têm a responsabilidade territorial dos comandos territoriais, naturalmente. Digamos que é uma secção do Estado-Maior do Comando Territorial, neste caso para a área das informações e da investigação criminal do distrito.

Quanto aos núcleos de investigação criminal, no Algarve existem seis núcleos, um em cada destacamento territorial, e esses núcleos de investigação criminal dependem da chefia das secções de investigação criminal.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Como se sabe, no dia 28 de junho ocorreu o tal furto nos Paióis Nacionais de Tancos. Passados uns dias, a condução da investigação criminal ao material roubado passou para a Polícia Judiciária, coadjuvada pela Polícia Judiciária Militar. Considerando que se tratava de um crime de natureza militar, o assalto a uma infraestrutura militar, acha que a liderança do processo devia pertencer à Polícia Judiciária Militar ou, devido à complexidade do processo, foi acertada a decisão da parte da Procuradoria-Geral de República de atribuir essa liderança, a condução do processo, à Polícia Judiciária?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sr. Deputado, ao meu nível, na orgânica onde me insiro, o Comando Territorial de Faro, não tenho o conhecimento em detalhe do processo que me permita fazer juízos de valor relativamente à decisão da atribuição da investigação. Portanto, relativamente a essa questão, não consigo responder por falta de dados e, se calhar, de uma preparação mais aprofundada em termos jurídicos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Considera que essa alteração na condução do processo de investigação terá provocado um certo descontentamento, alguns melindres, no seio da Polícia Judiciária Militar?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Desconheço se sim ou não. O que posso dizer é um pouco da minha experiência, e isto leva àquilo que são os conflitos de investigação entre as polícias.

Naturalmente que devemos conhecer aquela que é a nossa competência, que está plasmada na Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC). Contudo, existem determinados crimes em que a autoridade que tutela o processo, o Ministério Público, pode, ainda que não vá estritamente na direção da lei, entender que há uma outra polícia em melhores condições para investigar. Isso tem acontecido ao nosso nível, ao nível do Comando Territorial, de uma forma e de outra, ou seja, já temos investigado alguns crimes que, pela sua natureza, poderia afigurar-se que deveria ser a Polícia Judiciária a investigar, e também existe o contrário.

Mas tenho de deixar aqui claro que a regra é que cada polícia investigue os seus crimes. Digamos que a regra é seguir o que preconiza a LOIC. As outras são situações de exceção.

Se as polícias ficam mais melindradas por, aparentemente, ser outra polícia a investigar, isso pode acontecer, mas não será isso um entrave a que as investigações decorram de acordo com aquilo que é a legalidade.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Como referi há pouco, no dia 18 de outubro ocorreu a tal recuperação do material, embora não de todo, na Chamusca, que, pelos vistos, não terá passado de uma operação de encenação montada pela Polícia Judiciária Militar, em colaboração com alguns elementos da GNR.

Sabemos de anteriores audições que a anterior Procuradora-Geral da República criticou de forma dura a Polícia Judiciária Militar pela sua atuação no processo de Tancos. Referiu que tal se deveria a alguma deficiência de formação dos seus militares nas funções em órgãos de polícia criminal, até sugerindo que fosse feito um estudo aprofundado sobre até que ponto se justificaria a existência da Polícia Judiciária Militar como órgão de polícia de investigação criminal para investigar os tais crimes estritamente de natureza militar.

Gostaria que fizesse alguns comentários sobre as declarações da anterior Procuradora-Geral da República.

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sr. Deputado, mais uma vez fico um bocadinho de fora daquilo que é a minha esfera. O que poderei dizer aqui será meramente pessoal.

Acho que todas as polícias que existem no nosso ordenamento têm o seu campo de trabalho e têm muito que fazer na sua área. A Polícia Judiciária Militar certamente também terá.

Se me disser que pode haver ajustes a nível de competências, direi que será uma situação... Numa análise mais profunda por quem tem conhecimento suficiente para se pronunciar, poderá ser por aí que se poderá equacionar a situação. Não vejo que possa ser por outra área, dizer-se que há polícias a mais ou polícias a menos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Também o atual Diretor Nacional da Polícia Judiciária referiu aqui, em audição, que quando a Polícia Judiciária passou a liderar o processo teve muitos obstáculos da parte da Polícia Judiciária Militar, em primeiro lugar da parte do anterior diretor dessa polícia: toda a investigação era destruída, era esventrada, passava para a comunicação social.

Houve a recuperação das armas na Chamusca em que a Polícia Judiciária Militar não chamou a Polícia Judiciária, que era quem estava a liderar o processo e os agentes estiveram várias horas à porta do quartel de Santa Margarida para entrarem. Estes são factos graves. Que comentários tem a fazer sobre isto, a ser verdade?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sr. Deputado, não tenho conhecimento dessa área do processo, pelo que não me consigo pronunciar relativamente a juízos de valor sobre essa situação porque não tenho conhecimento direto dela.

O que sei é o que foi veiculado pela comunicação social e estar aqui a fazer alguns juízos de valor relativamente a informação que é veiculada dessa forma não me parece correto.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Mas considera que, a ser verdade, foram acontecimentos graves?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Partindo do pressuposto, por exemplo, de que a Polícia Judiciária esteve diversas horas para entrar no Campo Militar de Santa Margarida, não vou dizer que é ou não grave, vou dizer que isso deve ser apurado. Há ou não legitimidade para entrar? Então, se há legitimidade, por que é que não entrou? Julgo que as coisas se põem neste ponto.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Considera que houve mesmo uma operação de encenação na recuperação do material na Chamusca envolvendo militares da Polícia Judiciária Militar e também militares da GNR?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Não tenho conhecimento da forma exata como o material foi recuperado, mas não tenho conhecimento de que tenha havido uma encenação. Não me foi transmitida qualquer informação que me leve a concluir que tenha havido uma encenação.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Pode dizer-nos quais os elementos da GNR que estiveram envolvidos nessa operação, os nomes, onde estavam colocados e que funções desempenhavam na altura?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Nessa operação estavam envolvidos três militares: o Guarda Gonçalves, o Guarda Ataíde e o Sargento-Ajudante Lima Santos.

O Sargento-Ajudante Lima Santos era o chefe do Núcleo de Investigação Criminal e os guardas cujo nome mencionei são investigadores do Núcleo de Investigação Criminal de Loulé.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Tenente-Coronel, como investigador criminal e com as responsabilidades que tinha à frente da Secção do Comando Territorial da GNR de Faro, considera normal que elementos do Núcleo de Investigação Criminal da GNR de Loulé tenham participado na recuperação do material de guerra na Chamusca? Nunca se interrogou sobre isto? Falou com o comandante do posto da GNR de Loulé? Do que é que conversaram, se é que conversaram?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Aqui é preciso fazer um parenteses relativamente à forma como os militares do Núcleo de Investigação Criminal entraram nesta situação que levou à recuperação das armas, do material.

Os militares, a determinada altura, durante o mês de agosto, foram abordados por militares da Polícia Judiciária Militar, questionando-os sobre

uma informação que lhes pudesse ser dada relativamente a indivíduos da zona de ação do Comando Territorial de Faro e foi nessa sequência de contactos exploratórios que a Polícia Judiciária Militar fez aos militares do Núcleo de Loulé que eles conseguiram dar alguma informação que poderia ser considerada informação de valor pela Polícia Judiciária Militar.

Nessa sequência, posso dizer também que, do conhecimento que tenho, a informação de valor seria a possibilidade de haver uma testemunha que teria informação com interesse para este processo, ou seja, com interesse para a Polícia Judiciária Militar. E é daí que surge a entrada destes militares neste processo.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E nessa altura, quando se deu a recuperação do material envolvendo esses militares, chegou a falar com o comandante de Loulé, o Sargento Lima Santos, e ficou a saber quem eram os elementos da GNR na altura envolvidos na recuperação do material? Falou com eles? O que é que lhes disse e o que é que eles lhe disseram? Nunca suspeitou de nada na altura?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Como lhe disse, Sr. Deputado, no final... Este contacto entre a Polícia Judiciária Militar e Loulé começou no final do mês de agosto e isso foi-me transmitido...Ou seja, foi-me transmitido que havia essa abordagem e que havia essa informação, com interesse para a Polícia Judiciária Militar.

Na altura, disse ao chefe do NIC (Núcleo de Investigação Criminal) que, se a Polícia Judiciária militar tivesse interesse nessa informação, formalizasse, pela via hierárquica, um pedido de colaboração para que o NIC de Loulé pudesse ir mais além em termos de colaboração nesta situação. Esse pedido foi feito e, depois, recebi um contacto telefónico do meu diretor de investigação criminal, que, na altura, era o Sr. Coronel Correia, referindo,

não me recordo exatamente das palavras, foi um contacto telefónico... No fundo, permitindo esta colaboração porque, pelo que a Polícia Judiciária Militar solicitou, foi considerado que havia margem para avançar nesta investigação.

Claro que demorou estes dois meses até que se conseguisse chegar à localização do material militar. Agora, nunca me foi reportado que este aparecimento se devesse a uma encenação, mas sim ao facto de essa testemunha, que várias vezes foi contactada pelos militares do Núcleo de Investigação Criminal de Loulé, sempre sob a coordenação da Polícia Judiciária Militar, ter levado, depois, à localização do material. Não me foi explicado um cenário de encenação nesta recuperação.

O Sr. João Vasconcelos (BE): — Sr. Coronel, nesta altura ainda não se sabiam os contornos da encenação. O que se falou foi que o material tinha sido recuperado e que, nessa recuperação, estavam também presentes elementos do Núcleo de Investigação Criminal. Mais uma vez, volto a incidir nesta pergunta: não suspeitou de nada? Achou isso normal? Não achou estranho? Porquê, também, militares da GNR e do Núcleo de Investigação Criminal de Loulé? Nunca suspeitou de nada?

O Sr. Ten. Cor. Luís Sequeira: — Sr. Deputado, não suspeitei porque houve esse pedido de colaboração *ab anteriori* e, pelo facto concreto de um dos militares do Núcleo poder aceder a uma testemunha com informação.

O que na altura me suscitou foi, digamos assim, uma ação de sucesso de abordagem dessa testemunha que mais tarde levou à recuperação desse material militar.

O Sr. João Vasconcelos (BE): — Sr. Coronel, depois temos os acontecimentos que se seguiram: no dia 25 de setembro de 2018, ou seja, no

ano passado, a Polícia Judiciária desencadeou a Operação Húbris e prendeu alguns elementos da Polícia Judiciária Militar, incluindo os tais três militares da GNR. Qual foi a sua reação? Ficou surpreendido com isto?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sim, fiquei surpreendido. De certa forma foi um choque também para nós, porque os nossos militares tiveram sempre uma folha de serviços excelente. A pessoa com quem mais me relacionava, até por questões hierárquicas, era com o Sargento-Ajudante Lima Santos e ele sempre foi considerado um excelente sargento e um excelente investigador, com trabalhos de grande valia no combate ao crime, feitos no Algarve. Isto tenho que o dizer! Pode haver um antes e um depois... o antes era assim. Não só para mim, mas também para as pessoas que mais privavam com ele e com os outros militares, foi um choque, sim.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Para além do Sargento Lima Santos, o Sr. Coronel também conhecia pessoalmente os outros dois Sargentos, Bruno Ataíde e José Gonçalves, bem como o Sargento Mário Lage de Carvalho, que, embora fosse da GNR, estava destacado na Polícia Judiciária Militar? Conhecia-os pessoalmente?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Só conhecia... ao Sargento Carvalho não o conhecia pessoalmente. Nunca estive em comandos onde eu trabalhasse. Aos guardas Ataíde e Gonçalves, sim, porque conheço todos os militares da Secção de Investigação Criminal do Comando Territorial de Faro, naturalmente. Eles inserem-se nessa estrutura e, como é natural, conheci-os pessoalmente.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, vejamos a seguinte «história», como lhe chamo: um ex-fuzileiro, de seu nome João Paulino, que

se dedicava ao tráfico de armas e de drogas, encontrando-se na posse de informação privilegiada, resolveu assaltar os Paióis Nacionais de Tancos, em junho de 2017, juntamente com alguns amigos. Ele conhecia a situação em que se encontravam esses Paióis, uma vez que tinha informação privilegiada, e sabia que havia muitas avarias, rondas que levavam muitas horas a ser feitas, redes periféricas frágeis...

Bom, foram arrombadas as fechaduras de dois paiolins e transportaram o material furtado, mais de 300 kg, em carrinhos de mão, até à vedação periférica, onde foi feito o transbordo desse material para duas viaturas que o levaram para próximo da Chamusca, para um terreno isolado que pertencia à avó desse tal João Paulino, que era ex-fuzileiro. Como o material não era fácil de escoar e apercebendo-se de que estava a ser alvo de escutas, João Paulino ficou com medo e resolveu entregar o material. Contactou com vários amigos, vários militares da Polícia Judiciária Militar, que, por sua vez, contactaram com outros militares da GNR, de quem são também amigos.

Sr. Tenente-Coronel, para terminar, considera que isto poderá tratar-se de uma simples história ou que poderá carrear informações verosímeis que, a terem-se verificado, são factos considerados graves? Qual a sua opinião sobre isto?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sr. Deputado, tanto quanto me é dado perceber, essa versão que relatou é uma versão que saiu na comunicação social. Corrija-me se estiver errado, mas julgo que será assim. Não sei se é a verdadeira ou não!

A informação que tenho daquilo que se passou também não é muita, relativamente à forma de abordagem dessa tal testemunha. Não sei se esse indivíduo, que foi sempre visto como testemunha, foi ou não um dos autores do furto, não tenho essa informação mas admito até que possa ser.

Não sei se o militar que tinha acesso a essa pessoa tinha conhecimento disso ou não — tanto quanto me foi informado não tinha! — e, tanto quanto sei, a abordagem a esse indivíduo, que foi fuzileiro, não foi feita com alguém da GNR mas sim por este militar da GNR, que, por conhecê-lo, entendeu que este indivíduo poderia ter alguma informação de um outro que seria apontado como suspeito e que lhe poderia acrescentar algo mais... Isto desmonta um pouco essa versão de que foi alguém que veio ter com a GNR. Não! A versão que tenho é a de que foi a GNR que foi ter com alguém.

E isto acontece como? A GNR tem um dispositivo de quadrícula, com um núcleo de investigação criminal em cada destacamento... Por exemplo, pelo facto de termos este dispositivo de quadrícula, se nos for perguntado algo sobre um cidadão, face à rede de contactos que os militares têm, poderá ser fácil chegar a esse cidadão e a alguma informação de relevo para uma investigação criminal que possa estar em curso.

Foi um pouco neste princípio que surgiu o contacto do militar do NIC de Loulé com esse cidadão que, na altura, sempre vimos — pelo menos da minha parte — como sendo uma testemunha que poderia dar informação e nunca como alguém que tinha estado por detrás deste furto. Agora, se me perguntarem se acredito que este indivíduo está por detrás do furto... O processo irá, certamente, explicá-lo e há uma probabilidade muito forte de que isso tenha acontecido.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Muito obrigado, Sr. Tenente-Coronel.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se agora o Grupo Parlamentar do CDS-PP, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado Telmo Correia, nos mesmos termos.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, naturalmente, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Sr. Tenente-Coronel Luís Sequeira e de lhe agradecer pela sua presença e pelos esclarecimentos que já nos deu.

Sr. Tenente-Coronel, eu poderia ir diretamente ao ponto onde estávamos, mas vou recuar um bocadinho para tentar compreender. Não veja nisto outra coisa que não seja a vontade de compreender e de ter a perceção, porque se calhar até já nos esclareceu de alguma forma, mas é para ficar tudo bem claro. Pergunto: qual é a sua relação, qual é a sua responsabilidade e qual é a sua capacidade de conhecimento relativamente a esta matéria, designadamente, à data dos factos?

Explicou-nos que há vários núcleos na GNR, que cada destacamento tem o seu núcleo de investigação criminal. Tudo isto se passa em Loulé e, à época dos factos, o Sr. Tenente-Coronel era o responsável de Faro, não é assim? Hoje é 2.º Comandante, mas na altura não era. Ou seja, pergunto como é que isto se articula no quadro da GNR, quem é que respondia a quem, que informações é que tinha, que conhecimento é que o Sr. Tenente-Coronel tinha ou poderia ter, tanto na altura como *a posteriori*.

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Relativamente à questão da articulação, como referi, cada destacamento territorial — e no Algarve existem seis — tem o seu núcleo de investigação criminal. Tendencialmente, o núcleo de investigação criminal investiga os crimes daquele destacamento territorial e os destacamentos territoriais têm um comandante, que é um oficial.

A orgânica da investigação criminal já foi um pouco diferente, mas as instituições evoluem e as orgânicas alteram-se. Anteriormente, os núcleos de investigação criminal respondiam diretamente ao comandante do destacamento, mas, a partir de uma reorganização orgânica da investigação

criminal, em 2014, os núcleos de investigação criminal passaram a reportar diretamente ao chefe da Secção de Investigação Criminal. Ou seja, os chefes dos seis núcleos — Portimão, Silves, Loulé, Faro, Tavira e Albufeira — reportam ao chefe da Secção de Investigação Criminal.

Penso que a questão da orgânica ficou clara.

Relativamente ao nível do conhecimento, os processos que são investigados pelos diversos núcleos são despachados pelo chefe da Secção de Investigação Criminal, naturalmente. Ou seja, o chefe da Secção de Investigação Criminal tem conhecimento dos processos. Naturalmente que os processos de maior envergadura terão um envolvimento maior do chefe da Secção de Investigação Criminal e outros de menor envergadura não terão tanto envolvimento. Basicamente, é desta forma que se processa.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Estes militares da GNR de que aqui nos falou, José Gonçalves, Bruno Ataíde e Lima Santos, eram da secção de Loulé e, à data destes factos, o chefe da secção de investigação criminal era...?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Os dois guardas, Ataíde e Gonçalves, eram investigadores do Núcleo de Investigação Criminal de Loulé, o Sargento-Ajudante Lima Santos era o chefe desse núcleo de investigação criminal e a minha posição era a de chefe da Secção de Investigação Criminal. Eu estava sediado em Faro, no Comando Territorial, ou seja, no escalão Comando Territorial.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Continuo a tentar perceber! Portanto, sendo ainda mais direto e mais óbvio, pergunto-lhe: este núcleo de Loulé reportava-lhe a si ou não?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sim, reportava. Os processos eram despachados com o chefe da Secção de Investigação Criminal, sim.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Chefe esse que era o Sr. Tenente-Coronel, certo?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sim.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Pronto! Ainda bem.

Assim sendo, esclarecido este ponto, pergunto-lhe o que é que lhe foi reportado, neste caso concreto, e qual é que foi a sua intervenção ou as suas diligências neste processo. Ou seja, hierarquicamente, estes homens respondiam perante si. Portanto, quando aconteceu este facto, tão inusitado e, seguramente, tão desagradável, em primeiro lugar, para quem tem responsabilidade hierárquica na GNR, porque, quer queiramos quer não, nunca dá boa imagem nem bom nome à instituição, que conhecimento é que teve?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Tal como já referi ao Sr. Deputado João Vasconcelos, o Sargento-Ajudante Lima Santos, no final de agosto de 2017, reportou-me que tinha tido um contacto por parte da Polícia Judiciária Militar, solicitando alguma informação sobre indivíduos da nossa zona de ação — e esta é uma situação normal.

De facto, quando alguém tem um processo em investigação — neste caso, a Polícia Judiciária Militar — e necessita de uma informação para o seu processo, mune-se dessa informação onde entende que a pode ir buscar. O investigador tem essa autonomia. Neste caso, julgo que a Polícia Judiciária Militar que necessitava da informação estaria no Porto.

Se houver um elemento conhecido que possa facilitar essa informação, pode haver esse contacto exploratório — e isso houve e foi-me informado.

Havendo interesse por parte da Polícia Judiciária Militar relativamente a essa informação...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Mais concretamente, o que é que lhe foi informado, Sr. Tenente-Coronel?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — O que que me foi informado foi que esses elementos da Polícia Judiciária Militar, que tinham em mãos este processo de Tancos, fizeram essa abordagem relativamente a um indivíduo que seria suspeito nesse processo, no sentido de tentar colher alguma informação em relação a esse indivíduo, e, nessa sequência, o Núcleo de Investigação Criminal tentou colher alguma informação sobre o indivíduo e...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — O indivíduo é o tal Paulino, não é verdade?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Não, seria um outro indivíduo.

E, nessa diligência de recolha de alguma informação, houve então uma abordagem a um indivíduo, que foi apresentado na altura como uma testemunha e que, presumo hoje, será este indivíduo, o Paulino.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Tenente-Coronel, tenho um bocado de indivíduos a mais! Portanto, há um indivíduo que é o Paulino e há um outro indivíduo que seria a testemunha. Quem era esse outro indivíduo?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Peço desculpa, não me expliquei bem.

Esse indivíduo, o Paulino, era a testemunha. O outro indivíduo seria alguém acerca de quem, numa fase inicial, a Polícia Judiciária Militar pediu informação.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — E quem era?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Era um indivíduo de alcunha «Fechaduras».

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Certo.

Portanto, é assim que a GNR, designadamente a GNR do Algarve, entra nesta história.

Tinha conhecimento da decisão e do despacho da Sr.^a Procuradora-Geral, no qual o inquérito estaria cometido ao Departamento Central de Investigação e Ação Penal, que o mesmo seria conduzido e coadjuvado pela Unidade Nacional de Contra-Terrorismo (UNCT) e que o papel da Polícia Judiciária Militar seria só de colaboração ou não tinha? Quer dizer, como é que isto se opera, até em termos de operacionalização da própria LOIC?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Não, naquela altura, não tinha conhecimento desse despacho. Mas também não me suscitou dúvidas a questão da legitimidade da Polícia Judiciária, da forma como a situação foi colocada.

É o que posso dizer sobre isso.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Pareceu-lhe uma atuação normal, não é verdade?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Tendo em conta que há uma polícia a investigar um desaparecimento, um furto de armas, que conhecemos, e havendo a possibilidade de recolha de informação num determinado local, é normal que essa abordagem seja feita por uma polícia que está no local onde essa informação possa existir.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — E, naquela altura, Sr. Tenente-Coronel, e tendo essa responsabilidade de chefe da secção de investigação criminal, certificou-se se havia, ou não, algum inquérito a correr em relação àquela investigação?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Não, não confrontei a Polícia Judiciária Militar sobre se havia inquérito. Mas isso foi uma presunção lógica. Foi um furto numa instalação militar e havia um pedido da Polícia Judiciária Militar, pelo que não me pareceu que as coisas não jogassem ali.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Não confirmou, na altura, qual era o processo, qual era a comarca onde decorria o inquérito, não fez qualquer confirmação desse tipo?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Não, não fiz.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Por uma história que já foi, de alguma forma referida, sabemos que o tal Paulino — não o «Fechaduras», mas o Paulino — teria falado (e estou a referir um relato jornalístico) e pedido que fosse possível restituir as armas, sem que nada lhe acontecesse do ponto de vista criminal. É mais ou menos esta a história que nós temos.

E aí, segundo o que nos dizem os jornais, entra um encontro com o Guarda Bruno Ataíde e depois também com o seu superior, o Sargento Lima Santos. Isto é o que nos relatam os jornais.

A seguir, e pedia-lhe só que clarificasse isto um bocadinho, Sr. Tenente-Coronel, aparece-nos o seu nome, neste mesmo relato jornalístico, obviamente numa posição diferente, mas dizendo o seguinte: «A GNR, que tem afirmado que pensava estar a trabalhar no âmbito de um inquérito normal, terá passado as informações à PJM, dizendo que só poderia continuar as diligências se tudo fosse tramitado por via oficial. Esse pedido de coadjuvação formal acabou por chegar via Tenente-Coronel Luís Sequeira, chefe da secção de investigação criminal da GNR de Faro, que, por sua vez, terá recebido tais ordens do, então, comandante (...) da investigação criminal de Lisboa da GNR (...)».

Este relato é verdadeiro, ou não, uma vez que aqui lhe diz respeito? É que, quando não lhe diz respeito, poderá dizer-nos que não sabe se é assim, ou não. Mas, dizendo-lhe este respeito, é assim, ou não é?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sr. Deputado, há pouco, já aflorei mais ou menos essa questão, mas agora vou clarificar.

Efetivamente, quando fui abordado pelo chefe do Núcleo de Investigação Criminal, o Sargento Lima Santos, referi-lhe que, como ele tinha recebido esse contacto da Polícia Judiciária Militar, para lhes darmos apoio relativamente ao acesso a essa testemunha, eles deveriam formalizar esse pedido de apoio pela via hierárquica, uma vez que houve esse contacto exploratório, salvo erro, na altura, de um sargento da Polícia Judiciária do Porto.

E, na verdade, alguns dias depois de eu ter referido isso ao Sargento-Ajudante Lima Santos, recebi um contacto telefónico do, então, Diretor da Unidade de Investigação Criminal, o Sr. Coronel Correia, que referiu que se

desse esse apoio à Polícia Judiciária Militar, uma vez que lhe tinha sido formalizado esse pedido. E é normal, havendo formalização de pedido de colaboração entre as polícias, as polícias colaborarem umas com as outras. E foi nessa base que isso se passou.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Neste mesmo relato jornalístico refere-se ainda que as ordens teriam vindo do, então, Comandante Ticiano, da Divisão de Investigação Criminal de Lisboa da GNR. É assim?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Essa notícia tem essas imprecisões. É o Sr. Diretor da Direção de Investigação Criminal, o Sr. Coronel Taciano Correia. Este é que é o nome.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — O erro será esse, o nome estará indevidamente escrito e é não Ticiano mas, sim, Taciano. Portanto, estamos a falar da mesma pessoa.

A partir daí, acompanhou, portanto, a atuação dos homens da GNR neste processo. E tem seguramente alguma informação sobre isso, uma vez que concluímos, logo no início, que havia uma relação, pelo menos de informação e direção, da sua parte. É assim?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Relativamente ao acompanhamento no terreno, nunca fiz acompanhamento no terreno, nem de diligências. Essas diligências foram feitas por estes três militares, acompanhados sempre pela Polícia Judiciária Militar.

E como isto era uma informação de interesse, ou seja, aquilo que ali se passava em termos de informação recolhida era de interesse para a Polícia Judiciária Militar, eu não tinha conhecimento de detalhe dessa informação. Assim sendo, não tenho dados muito concretos para responder relativamente

à forma como se processou esse contacto com esse indivíduo que daria informação e o exato teor da informação que foi dado, porque isso, depois, era reportado à Polícia Judiciária Militar.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Em algum momento o Sr. Tenente-Coronel teve alguma informação, trocou alguma opinião ou teve algum contacto, seja com o Ministério Público, seja com a própria Polícia Judiciária, que era quem, no fundo, tinha, em primazia, a condução desta investigação?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Não, nunca houve contactos, nem com a Polícia Judiciária, nem com o Ministério Público, pela minha parte.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — E não deveria ter havido, Sr. Tenente-Coronel?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Nesta situação, tendo em conta que o pedido de apoio era de um OPC (órgão de polícia criminal), que, na altura, não se suscitou que não fosse legítimo para fazer esse pedido... Aconteceria da mesma forma numa outra situação com um OPC, seja a Polícia Judiciária, como já tem acontecido em determinadas situações, ou connosco quando necessitamos de passar alguma informação à Polícia Judiciária, fazemo-lo e não vamos informar o Ministério Público. Quem tem o inquérito delegado pelo Ministério Público é que, depois, fará o reporte dessa informação.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Tenente-Coronel, o que é que nos pode dizer — e aí confesso também o meu desconhecimento, apesar de as coisas que vamos vendo aparecerem aqui e ali — sobre a intervenção direta na operação de recuperação do armamento, que aqui já foi classificada,

designadamente pelo Sr. Diretor da Polícia Judiciária, como uma encenação? Ou seja, os homens da GNR, designadamente estes de Loulé ou outros, tiveram participação direta, estiveram lá, participaram na recuperação do armamento? Qual foi a sua intervenção aí?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Os militares do Núcleo de Investigação Criminal, no dia em que o material militar foi recuperado, estavam a acompanhar a Polícia Judiciária Militar. Foi numa das ações em que eles foram ao terreno, em que contactaram com essa testemunha e em que essa testemunha terá indicado o local onde estaria o material militar depositado. Isso foi o que, na altura, me foi reportado. E eles estavam lá nessa localização.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Estavam lá porque estavam em articulação com a Polícia Judiciária Militar, não é verdade?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sim.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Passando agora aos acontecimentos *a posteriori* destes factos, há um momento em que obviamente o Sr. Tenente-Coronel, que tinha, de alguma forma, responsabilidade nesta matéria porque partiu também de uma iniciativa sua a decisão desta colaboração e eram homens que reportavam a si... Há um momento em que nos apercebemos que podemos estar ali perante uma fraude e até uma colaboração em que a GNR se vê envolvida por via destes homens com os próprios ladrões que tinham efetuado o furto deste material e depois não o conseguiram colocar.

Sr. Tenente-Coronel, pergunto-lhe, e peço-lhe que responda com a sinceridade que possa transmitir-nos aqui, o seguinte: qual foi a sua reação,

como é que encarou esse facto e como é que olhou para isto? Sentiu-se enganado, traído, surpreendido? É uma pergunta direta.

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sr. Deputado, na altura da recuperação deste material militar, não me foi relatado nada que me fizesse duvidar que houvesse ali uma encenação.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Mas há um momento em que essa dúvida lhe chegou, não é verdade?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sim, essa dúvida chegou também por aquilo que veio a público, em termos de comunicação social, na altura da detenção dos militares da GNR, juntamente com os militares da Polícia Judiciária Militar.

Nessa altura, claro que uma ação daquela envergadura, com aquela visibilidade, por parte da Polícia Judiciária, supostamente está alicerçada nalguma fundamentação forte. E isso claro que é motivo de preocupação para nós.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Tenente-Coronel, e, *a posteriori*, o que é que se passou?

Ou seja, como é que a GNR lidou com este facto? O que é que fizeram? Houve mais investigações internas? Houve inquirições? Houve procedimentos internos relativos a estes factos desta gravidade, por um lado? E, por outro lado, foram-lhe pedidos, exigidos ou solicitados alguns tipos de explicações, designadamente por parte da tutela, obviamente por parte do Ministério da Administração Interna?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Na sequência das detenções dos militares, eles foram constituídos arguidos e isto implica, automaticamente, que eles sejam sujeitos a processo disciplinar.

Os processos disciplinares correm na Inspeção-Geral da Administração Interna, que é a entidade competente para o efeito, e, paralelamente, correm, julgo eu, em processo de inquérito, também na Inspeção-Geral da Administração Interna relativamente, depois, à atuação. E eu serei um visado nesse processo.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Muito bem. Mas foi ouvido?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sim, já fui ouvido pelo senhor titular do processo, na Inspeção-Geral da Administração Interna.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Respeitando, obviamente, o processo, o seu desenrolar e a sua conclusão, não lhe pergunto mais nada sobre isso, como é evidente. Pergunto-lhe só se nos pode dar uma informação.

Houve aqui uns louvores, atribuídos pelo próprio MAI (Ministério da Administração Interna), a alguns destes homens, que foram recusados. Sabe porque é que foram recusados? Pode dizer-nos alguma coisa sobre isso?

Por último — um último facto mesmo, Sr. Presidente —, sabemos que na altura desta recuperação a Polícia Judiciária foi barrada à porta de armas de Santa Margarida.

A GNR teve algum conhecimento desse facto? Teve alguma interpretação desse facto? Isso foi reportado? Está uma coisa relacionada com a outra ou não?

Com isto termino, agradecendo antecipadamente os seus esclarecimentos e a sua presença.

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sr. Deputado, relativamente aos louvores recusados, nem houve louvores, nem eles foram recusados. Isso é mais uma notícia que veio na comunicação social, presumo eu.

O que se passou foi que, salvo erro, em janeiro ou fevereiro, houve um documento que saiu da Polícia Judiciária Militar pelas vias hierárquicas — foi para o Sr. Ministro da Defesa, depois para o Ministro da Administração Interna, Comando-Geral da Guarda —, e onde era feito o que chamamos uma referência elogiosa à atuação dos militares.

De acordo com os despachos, foi dado conhecimento dessa referência elogiosa aos militares. Não houve nem aceitação nem recusa, foi um facto.

Relativamente à segunda questão, peço desculpa...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — É sobre o que aconteceu na porta de armas de Santa Margarida, quando a PJ foi barrada e...

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Relativamente a isso, são factos que, como já respondi ao Sr. Deputado João Vasconcelos, dos quais tive conhecimento pela comunicação social. E conheço frequentemente o que vem a público, mas não tenho conhecimento relativamente à situação em causa.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — A GNR estava presente, também?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já excedeu o seu tempo de intervenção.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Queria só que me dissesse se a GNR estava ou não presente.

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Os militares da GNR estiveram presentes até à recuperação do material.

Julgo que eles ainda terão ido até Santa Margarida, mas depois regressaram ao Algarve.

Não tenho conhecimento se, quando os Srs. Inspectores da Polícia Judiciária chegaram a Santa Margarida, lá estariam ou não, provavelmente até já não estariam. Mas não tenho a certeza.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Passava agora ao Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Machado, nos mesmos termos.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria cumprimentar o Chefe da Secção de Investigação Criminal, o Sr. Tenente-Coronel Luís Sequeira, e agradecer-lhe, desde já, os contributos.

Não vou fazer um exercício de repetição de todas as perguntas apenas para preencher o tempo, mas vou focar-me em dois ou três aspetos que ficaram, na minha opinião, por esclarecer.

Queria dar uma nota prévia, da presunção de inocência dos profissionais da GNR que estão aqui em causa. Efetivamente, eles estão inocentes até condenação em sentido contrário. Quem decide se eles são ou não culpados de algum tipo de crime é o tribunal e, portanto, não acho que seja o local, nem que seja correto da nossa parte, fazer — todos nós, não estou a fazer a acusação a ninguém — qualquer tipo de juízo de valor relativamente aos profissionais da GNR, nem sobre se agiram bem ou se agiram mal. O que nos interessa aqui é o apuramento das responsabilidades

políticas e é nesse contexto que tentarei colocar as questões, sem formular qualquer tipo de juízo de valor relativamente à atuação dos profissionais.

Pelo que se percebe do que o Sr. Tenente-Coronel nos disse, a PJM (Polícia Judiciária Militar) pediu ao núcleo de Loulé, por sua via, também, um apoio para a obtenção de informações relativamente ao indivíduo conhecido como «Fechaduras». Não percebi como é que, deste contacto e pedido de informações, relativamente a este indivíduo, se salta para o segundo indivíduo, chamado Paulino. É por conhecimento dos agentes do núcleo de investigação que o conhecem de ligações entre eles?

Não percebi como é que se salta de um para o outro.

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — É exatamente como o Sr. Deputado mencionou. Portanto, é o conhecimento que temos das pessoas, do terreno e dos militares.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Estão associados? No fundo, estão associados, é isso?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Um dos militares achou que para recolher alguma informação sobre esse tal indivíduo «Fechaduras», o outro indivíduo poderia ser uma boa fonte.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — E a partir daí é esse indivíduo que começa a colaborar mais com a GNR? É isso? É este indivíduo que fornece a localização das armas que, entretanto, foram recuperadas. Estou correto?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sim, sim.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Aqui queria colocar-lhe a questão do ponto de vista do seu entendimento: estes indivíduos, quer o «Fechaduras», quer o Paulino, são encarados, por parte da estrutura da investigação criminal, quer da PJM, quer da GNR, como testemunha ou como suspeito?

É que, para os dois casos — V. Ex.^a saberá melhor do que eu — são feitas abordagens diferentes. Portanto, qual é o enfoque que é dado? Ele é considerado, à partida, uma testemunha, ou é considerado um suspeito, que é preciso pressionar, interrogar, para obter informações?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Tanto quanto me foi sempre transmitido, nunca me foi dito que este indivíduo, que tenho referido aqui como testemunha, tenha tido responsabilidade no furto.

Como também já referi, isso não significa que as coisas se tenham passado assim e que ele, efetivamente, não tenha essa responsabilidade. O processo irá, certamente, apurar essa situação. Mas, do que me foi referido relativamente a esse indivíduo, nunca me foi transmitido que ele tivesse responsabilidade nessa prática do furto.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Portanto, a abordagem sempre foi para busca de informação, uma testemunha, alguém que pudesse, de alguma forma, dar ajuda ao processo que estava — indevidamente, sabemos nós, mas V. Ex.^a não sabia — a ser conduzido pela PJM... Isso já iremos abordar mais à frente, noutras ocasiões, mas a continuação da investigação por parte da PJM era no sentido de o enquadrar para obtenção de informação e nada mais do que isso?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sim, efetivamente era nessa perspetiva que esse indivíduo — que, presumo, seja o Paulino — era abordado, no sentido de recolha de informação.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Uma outra pergunta que, de alguma forma, está conexas com esta é a seguinte: a PJM, quando aborda o núcleo de investigação de Loulé, a propósito do indivíduo «Fechaduras» e da obtenção de informações, coloca o seu enfoque na recuperação das armas ou este é colocado do ponto de vista da investigação criminal? Que tipo de informação é que foi pedida ao núcleo de investigação de Loulé? É que é substancialmente diferente uma coisa da outra.

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Essa abordagem não foi comigo e não consigo dar aqui uma resposta bem concreta, mas, naquela fase e face àquilo que a Polícia Judiciária Militar teria, julgo que seria numa abordagem completa em termos de perceber e receber informação, relativamente a autores e localização do material, presumo eu, mas não me parece que se tivessem centrado só numa das vertentes, ou autores ou material.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Muito bem. Isso é importante para percebermos qual era o enfoque da investigação. Aceito a sua resposta como válida.

Só tenho mais uma pergunta sobre o momento posterior à recuperação das armas. Esta testemunha, o Sr. Paulino, dá uma informação — corrija-me se eu estiver errado — relativamente à localização do material furtado, e é feita a recuperação do mesmo. Qual é o estatuto que o Sr. Paulino mantém, face aos agentes, aos profissionais do núcleo de investigação de Loulé?

Isto é, ele, a partir do momento em que fornece a localização de todo o material que foi furtado, é encarado como testemunha,...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Todo não!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Do que foi recuperado, peço desculpa, há esse preciosismo.

Mas, a partir do momento em que ele fornece a localização do material que foi recuperado, ele não passa a ser encarado como arguido num processo? Mantém o estatuto de informador?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sr. Deputado, tenho alguma dificuldade em responder a essa questão, também por não ter toda a informação disponível para isso. Porquê? É que este processo questionamos agora mas, na altura, para nós, estaria na esfera da Polícia Judiciária Militar.

A informação que o Núcleo de Investigação Criminal de Loulé colhia era em favor da Polícia Judiciária Militar. Ou seja, essa avaliação não poderia ser feita pelo Núcleo de Investigação Criminal de Loulé, teria de ser feita pela Polícia Judiciária Militar.

Mas dizer que essa pessoa passa de testemunha para um outro nível, depende de como as coisas se passaram no terreno. Mas não tenho esse conhecimento de detalhe e os detalhes ali fazem toda a diferença para perceber a forma como se deve encarar essa pessoa.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Certo. Mas a sua experiência com certeza também. E para quem conhece o processo penal... Quer dizer, uma testemunha que, a determinada altura, colabora, dá informações e a partir de um determinado momento dá uma informação com este grau de importância e que sabe a localização das armas furtadas e ajuda nessa recuperação passa a ter uma relevância processual significativa.

A pergunta que lhe quero colocar é o que é que aconteceu a esse indivíduo. Ele dá a informação ao Núcleo de Investigação Criminal e continua livre ou é, de alguma forma, detido para identificação, para

constituição de arguido? O que é que acontece ao indivíduo? Presumo que saiba responder a isto, porque é relevante.

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sr. Deputado, tanto quanto sei, a Polícia Judiciária Militar era conhecedora da identidade dessa pessoa.

Caberia à Polícia Judiciária Militar, também conhecendo a identidade dessa pessoa, perceber que posição é que ela tomaria a partir daí no processo; não vejo que o núcleo de investigação criminal de Loulé tivesse mais relevância nessa fase. Quando muito, seriam também testemunhas arroladas neste processo.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Tenente-Coronel, percebo o que nos está a dizer. O que está a dizer-nos, no fundo, é que o núcleo de investigação coadjuvou a PJM que, como era detentora da investigação, saberia o que fazer.

O que lhe estou a perguntar é, no concreto, se sabe, sim ou não, se o indivíduo que dá aquela informação, confirmada a localização, passou a ter um conjunto de informações para a investigação criminal muito significativo.

Quero perguntar-lhe, muito concretamente, se sabe ou não se o estatuto jurídico-penal dele se alterou no processo, isto é, se ele continuou apenas como colaborador, alguém que dá informações, ou como testemunha, ou se foi constituído arguido. É que isso, para nós, é importante, porque se ele ficou livre para fugir tem uma conotação que não deixa de ser significativa no âmbito deste processo.

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Não lhe consigo responder, porque também não tenho mais informação relativamente a isso.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, não tenho mais nenhuma questão.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata. Tem a palavra o Sr. Deputado Leonel Costa.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Sr. Presidente, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, cumprimento o Sr. Tenente-Coronel.

Sr. Tenente-Coronel, certamente já percebeu o motivo por que foi cá chamado e que tem precisamente a ver com a contextualização que já foi feita e que já teve oportunidade de explicar, nomeadamente porque era o Chefe da Secção responsável pelo NIC de Loulé que coadjuvou a Polícia Judiciária Militar.

De facto, concordando também que temos todos de respeitar nesta fase a presunção da inocência, a verdade é que todos os títulos dos jornais e da comunicação social apontam para o que me parece, das suas respostas anteriores, não acreditar ainda. Vou citar alguns títulos: *GNR e PJM plantaram armas no local onde foram encontradas; Hierarquia da GNR pode ter dado luz verde a encobrimento em Tancos; Militares da GNR simularam investigação... Pacto entre polícias e ladrões...*

De facto, isto são títulos gravosos, nomeadamente este que diz *Hierarquia da GNR pode ter dado luz verde a encobrimento em Tancos*. Parece-me, de facto, que é por isso que o Sr. Tenente-Coronel está aqui.

Gostava de perceber, para começar, o que acha que de facto aconteceu, se acredita realmente que foi uma encenação e, se não, qual é a razão que vê para que estes três GNR tenham sido detidos e, pelos vistos, constituídos arguidos, tendo até um processo disciplinar a correr no qual o Sr. Tenente-Coronel já foi testemunha, certo?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sr. Deputado, não. Existem os três processos disciplinares e existe outro processo de inquérito no qual fui ouvido na qualidade de visado. Não foi nestes processos disciplinares dos militares.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Visado como?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Visado é uma das figuras das pessoas que são apontadas em termos de averiguação da sua atuação em determinado tipo de contexto.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Gostava que me explicasse. Foi no âmbito deste processo, na questão do reaparecimento das armas?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Tem a ver com toda esta situação, com a envolvência. No fundo é para clarificar a forma como os serviços intervieram nesta situação.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — E esse processo interno, administrativo já teve desfecho? Pode dizer-nos algo sobre o desenrolar e a conclusão deste processo?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — É um processo, tanto quanto tenho conhecimento, que está em curso na Inspeção-Geral da Administração Interna. Presumo que está em curso, ainda não há desfechos relativamente ao mesmo.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Volto, então, à minha questão inicial que era a de perceber qual é a sua visão sobre os factos que ocorreram e sobre estas notícias.

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sr. Deputado, essas notícias foram veiculadas após a detenção dos militares da GNR, presumo eu.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — E, pegando em algumas das notícias, segundo informações, segundo fontes do Ministério Público, segundo extratos de decisões do Ministério Público. Parece haver aqui, de facto, alguma credibilidade.

Queria mesmo perceber, com a sua opinião, o que se passou aqui. Caso não tenha havido a encenação, qual a razão que nos pode indicar, uma vez que era o responsável destes elementos, supervisionando-os... Das duas, uma: ou os comandou ou *a posteriori* terá tomado conhecimento de atos que tenham realizado officiosamente. Era isso que gostava de perceber.

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sr. Deputado, relativamente à questão das notícias que surgiram, com manchetes, como disse, supostamente de informação veiculada pelo Ministério Público, não era essa a informação que eu tinha sobre a forma como as coisas se passaram.

Já referi aqui que a investigação há de clarificar como as coisas se passaram. Posso não ter a informação correta. Admito não ter a informação correta.

Por outro lado, conheço os militares, o Chefe do Núcleo sempre foi um militar de grande generosidade para o serviço. Sempre tive confiança nesse militar. Mas isso não quer dizer que, do apuramento destes factos, não possa resultar aqui uma responsabilidade, até, como vem nas notícias. Contudo, vamos ter de esperar para ver, porque não tenho essa informação.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Muito bem.

Queria fazer um esforço para não repetir, de facto, algumas questões, mas há algumas que ficaram, parece-me, confusas e gostava que me esclarecesse. Da PJM, quem fez o contacto, com quem e de que forma? Pareceu-me que, há bocado, disse que tinha sido por via oral, telefónica. Como é que lhe foi dado conhecimento disso?

Pareceu-me que disse que, depois, solicitou que fosse formalizado, por escrito. Ou não? Caso não tenha sido, não faria sentido isto ter sido formalizado?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Vou repetir, em linhas gerais, a forma como esse pedido me foi informado.

Recebi a indicação relativamente ao pedido da Polícia Judiciária Militar através do meu canal técnico, digamos assim, da investigação criminal, ou seja, pelo Sr. Diretor da Investigação Criminal que está ao nível do Comando Operacional da Guarda em Lisboa. Quem lhe terá feito o pedido? Não tenho essa informação, mas esse pedido chegou-lhe e ele transmitiu-mo por telefone.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — O tal Coronel Taciano?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — O Coronel Correia.

Relativamente ao facto de não ter sido por escrito, se houve um pedido por telefone esse pedido também é válido. Pelo facto de não ter sido um pedido escrito não significa que ele não tenha validade para não darmos esse apoio à Polícia Judiciária Militar.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — À Polícia Judiciária Militar do Porto!

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — À Polícia Judiciária Militar! Julgo que nessa altura estariam tanto a do Porto, como a de Lisboa envolvidas no processo.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Independentemente de ser a Polícia Judiciária Militar do Porto ou de Lisboa, tendo em conta que estes factos do suposto furto de armas de Tancos era público, toda a gente conhecia, pergunto se o Sr. Tenente-Coronel, de acordo com a especificidade das suas funções, não sabia que esta era uma operação que estava a ser dirigida pela Polícia Judiciária e não pela PJM? Não achou isto estranho? Não sentiu necessidade de reportar isto à PJ?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Na altura não vi isso como estranho, nem me recordo de ao meu nível ter chegado alguma informação em concreto de que o processo estaria a ser investigado especificamente pela Polícia Judiciária.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Não sabia, à data, que estava a ser investigado pela Polícia Judiciária? É isso que me está a dizer?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Estou a dizer que não me recordo em concreto... Que eu tenha recebido alguma informação, não. A informação que pudesse haver teria de ser informação da comunicação social, na altura. Mas, ainda assim, não me pareceu estranho que a Polícia Judiciária Militar estivesse com aquele processo. Aliás, inclusive, salvo erro, recebemos uma ordem de pesquisa e essa ordem de pesquisa... Sobre informações... Normalmente, depois de haver alguns factos relevantes, são emitidas ordens de pesquisa e relativamente a esta de Tancos também foi

emitida uma ordem de pesquisa que era com base em pedidos de informação da Polícia Judiciária Militar.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Foi-lhe transmitido... Sei que normalmente os núcleos de investigação criminal atuam no âmbito de processos: os NUIPC (número único de identificação de processo criminal). Ou atuam no âmbito dele ou, quando têm factos para atuar, criam um processo. Pergunto-lhe se lhe foi transmitido algum número de processo.

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Não pedi o número do processo sobre o qual esta investigação decorria. Não me recordo de o ter pedido, mas, quer dizer, foi uma situação que nunca se me pôs. Sendo esta uma situação de um furto de armas numa instituição militar, havendo um pedido de colaboração por parte da Polícia Judiciária Militar, não me suscitou que não fosse esta uma situação legítima. Concretamente não pedi o número desse processo-crime, não.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Como vi que vinha acompanhado de uma pasta, pensei que fosse até recorrer a alguns documentos para nos identificar o número do processo. Isto porque, de facto, me parece estranho que um órgão de polícia criminal atue sem ser no âmbito de um processo em concreto.

Posso deduzir disto que, com certeza, não há nenhuma decisão, não existe nenhum despacho, nenhuma ordem de serviço sua, uma vez que não existe processo. Portanto, isto foi tudo feito um bocadinho *ad hoc* do que é a normalidade dos processos-crime.

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sr. Deputado...

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Pergunto, no fundo, se este é o procedimento normal ou não.

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Este foi um pedido de uma polícia que é um corpo superior de investigação criminal. Face a este pedido, na altura, não me ocorreu que não tivessem legitimidade para essa investigação. Ou seja...

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Sim. Não se está a colocar em causa a legitimidade ou não. Até acredito que, pela operação e, muitas vezes, pela urgência, as coisas se façam um bocadinho por telefone, da forma mais rápida, mas, depois, penso que as coisas são formalizadas.

Já percebi que não lhe foi transmitido o número do processo mas, no âmbito da sua secção e do Núcleo de Investigação Criminal que chefiava, pergunto se também não foi criado um procedimento interno, um número de processo interno.

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sr. Deputado, isto foi um apoio, uma colaboração a um pedido da Polícia Judiciária Militar. O que houvesse em termos de expediente a elaborar seria sempre em favor desse processo-crime da Polícia Judiciária Militar.

A Polícia Judiciária Militar acompanhou as diligências que ... Aliás, estiveram sempre presentes nessas diligências, no terreno. De forma que, tudo o que fosse criado, em termos documentais, seria a Polícia Judiciária Militar a fazê-lo. Nós não elaborámos esses relatórios porque a serem elaborados tinham de ser carreados para esse inquérito e para esse processo.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Parece-me estranho, de facto.

A atuação do NIC aconteceu antes ou após o contacto com o Sr. Tenente-Coronel? Do NIC de Loulé...

Tomaram conhecimento, transmitiram-lho. Pergunto se já tinham agido ou se só agiram após lhe terem dado conhecimento.

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sr. Deputado, presumo que, quando houve esses primeiros contactos, salvo erro, do sargento da Polícia Judiciária Militar do Porto para o chefe do NIC de Loulé, terá sido dada logo alguma informação que é a que os militares têm de memória ou que possam facilmente ali recuperar.

Na altura que me foi transmitido pelo chefe do NIC que tinha havido esse contacto, foi-me também transmitido que haveria alguma informação de interesse para a Polícia Judiciária Militar. Certamente, teriam facilmente averiguado isso, havendo necessidade de ir mais além a pedido da Polícia Judiciária Militar, daí a minha indicação de que eles deveriam formalizar esse pedido pela via superior.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD). — O que não fizeram, não é?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Não, foi feito por via do diretor da Direção de Investigação Criminal da GNR. Houve esse contacto, recebi esse contacto da Direção de Investigação Criminal da GNR. Portanto, digamos assim, houve esse pedido por parte da PJM.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD). — Verbal?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — O que eu recebi foi verbal, foi.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD). — Mas a minha questão era mesmo essa, ou seja, os elementos do Núcleo de Investigação Criminal de Loulé atuaram antes de lhes ter dado a ordem direta?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Temos de tentar perceber o que significa aqui «atuação».

Se houver a receção de um contacto, por exemplo, por parte de um chefe ou de um militar do Núcleo, se houver um contacto por parte de um outro...

O Sr. **Leonel Costa** (PSD). — No caso concreto. Sei que está a falar na generalidade, mas neste caso concreto o que é que aconteceu?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Havendo a receção de um contacto de um elemento de uma outra polícia — neste caso foi da Polícia Judiciária Militar — a pedir informação relativamente a um indivíduo, se esse elemento tiver essa informação, se souber, e, naturalmente, se se certificar que quem está a pedir tem legitimidade para o fazer, nestes contactos exploratórios essa informação acaba por ser trocada. Isso acontece ao nível da informação criminal para tentar abrir linhas de investigação.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD). — Então, posso presumir que eles iniciaram a sua atuação de investigação no âmbito das suas funções sem previamente terem a sua ordem direta. A minha questão é: independentemente da sua ordem, ou não, que conhecimento é que depois eles lhe foram dando das operações?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sr. Deputado, relativamente à questão de iniciarem a colaboração sem antes me terem informado da

situação, presumo que tenha havido alguma troca de informação ou passar de informação. Mas isso não... Tínhamos de medir aqui até que ponto extravasaram as suas competências relativamente àquilo que deram.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD). — Queria chegar, muito diretamente, a saber se toda a atuação deles foi por sua indicação, se seguiram as suas diretrizes ou se atuaram como bem entenderam no momento e depois lhe deram conhecimento e de que é que deram conhecimento. Ou seja, simplificando: conte-nos aqui todo o conhecimento que tem sobre a atuação destes elementos que dependem de si.

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sr. Deputado, penso que, de uma forma geral, fui fazendo o reporte dessa atuação.

Tentando posicionar novamente a informação, após esse contacto que foi feito pelo Chefe do Núcleo de Investigação Criminal, percebi que da parte da Polícia Judiciária Militar havia interesse em avançar mais nesta linha, considerando alguma informação que foi transmitida ou que foi aberta pelo Núcleo de Investigação de Loulé. O que eu disse foi que, para se avançar mais nesta investigação, teriam de fazer um pedido formal. Agora, para nós, um pedido formal também pode ser um pedido por telefone, e foi isso que aconteceu neste caso.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD). — Avançaram e fizeram o quê? Responda-me. Estou a perguntar o que aconteceu aqui.

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sr. Deputado, isso, depois, não fui acompanhando concretamente. Houve essa autorização para que o Núcleo de Investigação Criminal apoiasse a Polícia Judiciária. Alguma informação de interesse que foram colhendo foi sendo reportada, porque, no fundo, era

aí que era ela necessária, sendo certo que o chefe do Núcleo de Investigação Criminal estaria na posse de toda essa informação. É claro que eu tinha algum conhecimento, mas apenas genérico, porque não acompanhei no terreno toda essa situação.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD). — Ficámos a saber o mesmo mas tenho de avançar porque o meu tempo está a terminar e o Sr. Tenente-Coronelinsiste em não responder relativamente aos factos que lhe coloquei.

Portanto, a minha última questão é a seguinte: a partir do momento em que estes GNR se deslocam para outra zona do território que não aquela em que eles naturalmente atuam, não seria mais natural pedir a colaboração de colegas desse território em vez de estarem a percorrer 300/350 km? Mais uma vez, pergunto: é o procedimento normal não comunicar entre entidades e mesmo dentro do próprio NIC e da GNR?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sr. Deputado, neste caso em concreto, se havia esta autorização para que o Núcleo de Investigação Criminal desse apoio à Polícia Judiciária Militar, tendo em conta a relevância da informação que eles podiam conseguir, e se só um elemento é que tem o contacto com essa testemunha, se ele tiver de se deslocar 200 km para ir ter com essa testemunha, ele tem de se deslocar esses 200 km. Não pode pedir a alguém de lá para ir falar com a testemunha porque há uma relação que funciona com aquele elemento, se calhar uma relação de confiança, que consegue extrair essa informação de interesse para a Polícia Judiciária Militar. Não poderá ser o núcleo da zona para onde eles se vão deslocar a fazer esse trabalho.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Leonel Costa.

Agradeço também os esclarecimentos prestados até agora pelo Sr. Tenente-Coronel Luís Sequeira e agora, para encerrar esta ronda, tem a palavra, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Sr. Deputado Jorge Gomes, a quem saúdo, que dispõe de 8 minutos.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS). — Sr. Presidente, Sr. Tenente-Coronel Luís Sequeira, começo por cumprimentá-lo, agradecendo a sua vinda, bem como todas as respostas que tem estado a dar e, desde já, aquelas que também nos dará.

Por vezes, parece que os vários grupos parlamentares repetem as perguntas, mas cada grupo parlamentar tem o seu fio condutor e, assim, se aparecer alguma pergunta a que ache que já respondeu, tem de fazer o favor de responder na mesma porque quero ouvir a resposta que o Sr. Tenente-Coronel me irá dar.

A primeira pergunta que lhe queria fazer é a seguinte: até ao dia em que a Secção de Investigação Criminal da GNR e o Sr. Tenente-Coronel foram envolvidos na operação, que conhecimento tinham os senhores, de facto, sobre o que tinha acontecido em Tancos?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Até essa altura, o conhecimento que tínhamos era uma difusão de um pedido, de uma ordem de pesquisa relativamente a informações que pudessem existir ao nível do dispositivo da GNR relativamente a este caso, digamos que uma ordem genérica, o que acontece quando existe um facto concreto relativamente ao qual importa que as polícias fiquem atentas — um fenómeno ou um facto em concreto. Aí faz-se essa difusão. Digamos que é uma ação de proatividade das forças policiais.

Essa difusão foi feita, salvo erro, no dia 30 de junho. Aí refere-se que a Polícia Judiciária Militar foi chamada ao local, tomou conta da ocorrência

e iniciou averiguações, tendo já informado o Ministério Público e a Polícia Judiciária. Estamos, portanto, a falar de dia 30.

Ou seja, numa ação de proatividade por parte do comando da GNR, nomeadamente da Direção de Informações, foi feita esta difusão a todo o dispositivo e foi o que nos chegou relativamente a este caso. Digamos que este é o conhecimento oficial, factual, relativamente àquilo que aconteceu.

Outro conhecimento é um conhecimento de comunicação social. Não tivemos... Eventualmente, poderá ter sido comentada esta situação nos trabalhos da Equipa Mista de Prevenção Criminal do distrito de Faro, que reúne mensalmente, normalmente na segunda semana de cada mês. Provavelmente, na reunião seguinte aos acontecimentos, que terá acontecido a 14, 15, não tenho presente, poderá ter sido veiculada alguma informação, mas são feitas atas e elas reportarão isso. Agora, se foi, não houve nada de relevante que me ficasse «na retina».

Quanto ao resto da informação, é aquela da comunicação social, comum a todos os portugueses, digamos assim.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS). — Disse-me que no dia 30 foi difundida uma ordem interna em que já era bem claro que a investigação criminal estava a coberto da Polícia Judiciária.

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Não...

Pausa.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS). — É só para termos conhecimento. Tendo a GNR órgãos de investigação criminal, deve ter uma boa relação com a Polícia Judiciária, porque entendo que trabalham muito em conjunto, até.

Na sua atividade, tem trabalhado muito com a Polícia Judiciária Militar?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Não com a Polícia Judiciária Militar. Não me recordo de outra situação que não seja esta. Normalmente trabalhamos mais em processos que possam ter alguma conexão ou com a Polícia de Segurança Pública ou com a Polícia Judiciária. Digamos que é mais normal trabalharmos com estas duas polícias, porque o nível, a quantidade de processos e as matérias de que trata a Polícia Judiciária Militar não são tão comuns que rocem com a atividade diária da GNR.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS). — É aqui que fico algo perplexo.

A GNR, os NIC, o senhor, como comandante de secção dos vários NIC que existem no Algarve, não tendo, que se lembre, trabalhado com a Polícia Judiciária Militar, e num facto em que é a Polícia Judiciária a responsável pela investigação, ou seja, a GNR entra de «corpo inteiro» a apoiar a Polícia Judiciária Militar. Como é que explica isto? Sem qualquer formalidade, sem qualquer pedido formal, como explica isto? Ou seja, a Polícia Judiciária Militar, que nunca trabalhou com a GNR, de um dia para o outro, trabalha com a GNR, que a abraça, «bem-vinda seja, vamos trabalhar em conjunto», e não houve sequer pedido formal.

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — O pedido não foi por escrito mas houve esse pedido pelo canal técnico. Houve esse pedido. Não foi a Polícia Judiciária que chegou a Loulé e depois eu liguei para o Comando Geral da Guarda e disse: «Está aqui a Polícia Judiciária, podemos trabalhar?» Não, não fiz sequer esse contacto superior.

Houve essa iniciativa, presumo eu, da Polícia Judiciária Militar, não podia ser de outro lado, a fazer o pedido ao Comando da Guarda Nacional

Republicana. Neste caso, recebi depois o pedido por via do Sr. Diretor da Direção de Investigação Criminal. É formal.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS). — Mas aí já é dentro da Guarda Nacional Republicana que o senhor recebe a informação de que deve colaborar. Aí já é outra fase.

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sim.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS). — Já depois de o senhor pedir para que seja formalizado o ato?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sim.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS). — Depois de o senhor pedir. Certo? Foi o que disse o Sr. Tenente- Coronel?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sim. Foi efetivamente assim. Porquê? Porque, apesar de não trabalharmos normalmente com a Polícia Judiciária Militar, a Polícia Judiciária Militar não é uma entidade desconhecida para nós. Aliás, não trabalhamos com a Polícia judiciária Militar mas somos frequentemente chamados a processos da Polícia Judiciária Militar porque esta investiga dentro da GNR. Não é uma entidade completamente estranha. Depois, existem militares da GNR em serviço na Polícia Judiciária Militar. Ou seja, isto também facilita contactos entre as Forças.

Por outro lado, todo o nosso quadro legal vai no sentido de as Forças colaborarem entre si, não o contrário. É evidente que quanto às formalizações das colaborações todos nós entendemos que devem ser

respeitadas. Neste caso também foi respeitada. O pedido de colaboração não me chegou por escrito, foi por via de um contacto telefónico, mas ele foi feita, não nos aventuramos sem qualquer orientação superior relativamente a este pedido de colaboração.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Mas consegue aventurar-se a ir trabalhar como polícia que não está encarregue da investigação! E isso é que acho estranho.

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sr. Deputado, nós não tivemos conhecimento, naquela altura, de que a Polícia Judiciária estava posta de lado nesta investigação. Nós não tínhamos essa informação. Aliás, este único documento escrito que nos chegou fala até que é a Polícia Judiciária Militar que iniciou a investigação, que tomou conta da ocorrência e iniciou averiguações. Depois daquilo houve despachos diferentes, atribuíram a investigação à Polícia Judiciária e, salvo erro, a Polícia Judiciária...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Militar!

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — A Polícia Judiciária Militar ficou a coadjuvar. Se calhar mesmo nesta posição de coadjuvante do processo poderia fazer contactos com outras polícias. Não vejo que isso não pudesse ser. Não sei, também. Mas na altura não questioneei sequer essa situação.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Como consegue explicar que para o material que apareceu na Chamusca foi pedido o apoio do NIC do Algarve. Porquê isso?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Foi pedido o apoio do NIC do Algarve porque existia lá um militar que, na altura, tinha um contacto com um indivíduo. E como hoje aqui já referi não tivemos conhecimento de que tenha estado envolvido — pelo menos eu não tive conhecimento — diretamente na prática do furto, mas que tinha informação que pudesse ser relevante para a recuperação do material, eventualmente para chegar aos autores do crime. O facto de haver um militar com essa possibilidade de contacto com essa pessoa é que leva o Núcleo de Investigação Criminal a entrar neste processo e é por aí que vem o tal pedido de autorização.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Como é que sabiam desse contacto? Como sabiam ou quem sabia e porque é que sabia que havia um militar da GNR em Loulé que tinha um contacto privilegiado com um assaltante? Se sabiam disso, como órgão de investigação criminal não podiam ter evitado o assalto a Tancos?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Antes de o Núcleo de Investigação Criminal de Loulé receber um contacto da Polícia Judiciária não tinha qualquer informação relativamente a estes indivíduos ou conhecimento de alguma relação destes indivíduos com o que tinha acontecido em Tancos. Ou seja, só depois de receberem um contacto por parte da Polícia Judiciária Militar é que iniciaram alguma ligação. Não tinham qualquer informação antes dos fatos terem acontecido, naturalmente.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Quem é que junta tudo?

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — É uma boa pergunta: quem é que junta tudo, quem junta essas peças todas?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Quando o Núcleo de Investigação Criminal de Loulé recebeu esse contacto da Polícia Judiciária, salvo erro, do Porto, a informação relativamente a um indivíduo...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Polícia Judiciária Militar!

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Da Polícia Judiciária Militar do Porto relativamente a um indivíduo de Albufeira. Foi com base nessas ligações entre indivíduos que os militares do Núcleo de Investigação Criminal conseguiram obter, chegaram a um outro...

Há aqui coincidências também. Não há uma iniciativa por parte do Núcleo de Investigação Criminal de Loulé em fazer o que quer que seja antes de receber este contacto da Polícia Judiciária Militar. Depois de receberem este contacto é que se puseram no terreno e face a esta ligação até de residências de militares nossos na área, com conhecimento do tecido social da área e de ligações entre pessoas que chegaram a este outro indivíduo, é que entenderam que poderia ser alguém que esclarecesse aquilo que a Polícia Judiciária Militar necessitava relativamente a este tal indivíduo «Fechaduras».

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — O Sr. Tenente-Coronel tinha conhecimento de que havia uma má relação entre a Polícia Judiciária Militar e a Polícia Judiciária?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Esse conhecimento chegou-me depois, quando houve a recuperação do material, até por esta informação pública relativamente à questão da Polícia Judiciária Militar — aliás, da Polícia Judiciária não aceder logo ao campo militar de Santa Margarida.

Portanto, esta questão veio a público e aí percebi que haveria aqui esta má relação, digamos assim.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Quando lhe fizeram o pedido formal para apoio para investigação foi dito concretamente que era para a recuperação do material que tinha desaparecido de Tancos?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Não foi dito concretamente que era para a recuperação, até porque este pedido foi feito em finais de agosto, se calhar primeiros dias de setembro, e quando esse pedido foi feito julgo eu que ninguém tinha uma ideia do que poderia vir a dar. No fundo, era para explorar uma área de informação que poderia ser relevante. Agora, não me parece que, naquela altura, se tivesse uma ideia concreta de qual viesse a ser o desfecho. Portanto, não poderia ser um pedido concreto que visasse recuperar, mas, sim, avançar, o que poderia dar nessa finalidade que era o que, julgo eu, quem estava com estes processos pretendia: não só recuperar o material mas também identificar os autores do crime, naturalmente.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Sr. Tenente-Coronel, nunca lhe foi insinuado que haveria interesse em que esta investigação pudesse estar relacionada com um caso de ciganos do Porto?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Não, isso nunca foi insinuado. O que aconteceu foi que na altura que o pedido...

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Nem tem conhecimento disso?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Não. Na altura em que o Núcleo de Investigação Criminal de Loulé foi abordado relativamente a pedidos de

informação, para além deste caso de Tancos houve mais um pedido também de informação relativamente a outros processos que envolviam indivíduos de etnia cigana e que também estariam relacionados com situações de armas, mas que não tinham relação com esta situação. Os ciganos não teriam relação com este caso de Tancos, seriam duas situações distintas, daí eu não ter até falado nessa situação aqui.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Quando foi feito o pedido formal de coadjuvação para vocês e que foi remetido para Lisboa e depois é que foi transmitido telefonicamente ao Sr. Tenente-Coronel, o que constava detalhadamente desse pedido de coadjuvação?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Não percebi bem o percurso que o Sr. Deputado descreveu mas este pedido terá sido da Polícia Judiciária Militar para a nossa Direção de Investigação Criminal, e de Lisboa para nós.

Mencionou que a Polícia Judiciária Militar tinha feito um pedido de colaboração relativamente ao NIC de Loulé considerando que este tinha acesso a um elemento que poderia dar informação relativamente à questão de Tancos. Mas, digamos que, em termos gerais, foi esse o teor da informação que recebi do Sr. Diretor da Direção de Investigação Criminal na altura.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — O Sr. Tenente-Coronel não sabia, na altura, quem era o titular do processo e qual a polícia de investigação criminal que estava a coadjuvar ou que estava a fazer, de facto, a investigação criminal?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sr. Deputado, não consigo precisar bem porque há muita informação cruzada, mas não tenho presente que na

altura a Polícia Judiciária estaria como titular desta investigação e que a Polícia Judiciária Militar estava fora ou estaria a coadjuvar.

Como lhe disse foi uma situação que, na altura, nem sequer coloquei. A única situação, em termos de referência escrita em documentos, foi a que veio da nossa Direção de Informações, mas também era do dia 30 de junho. As coisas sucederam-se após essa data, mas não tenho presente de que haveria outra força a investigar a mesma situação. Não tenho essa informação.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — É que isso foi demasiado público. Quer dizer, enquanto se refugia dizendo que a comunicação social não é um transporte oficial de informação para um órgão de investigação criminal como é a Guarda Nacional Republicana é óbvio que para nós não é fácil entender como é que a GNR não sabia que o processo estava entregue ao Ministério Público e à Polícia Judiciária. Gostava que conseguisse explicar isso.

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sr. Deputado, no Ministério Público era óbvio que estaria porque havendo um processo em investigação seria o Ministério Público a dirigir o inquérito. Relativamente a ser só uma Polícia a investigar, neste caso a Polícia Judiciária, e a PJM não estar a investigar ou estar a fazer uma investigação paralela, na altura, eu não tinha essa perceção completa.

Como lhe digo, relativamente à questão da comunicação social podem ter vindo a público alguns aspetos relacionados com a atribuição da investigação, mas não tenho presente. De qualquer forma, se veio a público na altura e se havia uma coadjuvação, isso também deveria ter ficado na minha retina. Não vi ali nada naquele pedido da PJM que pudesse estar contra aquilo que eram os despachos do Ministério Público, na altura.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Como é que o Sr. Tenente-Coronel interpreta que a PJM tivesse conhecimento de que tinham um militar debaixo das suas ordens que era uma boa fonte de informação para o «Fechaduras»?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — A questão da abordagem dos militares do NIC de Loulé relativamente a esse indivíduo tem a ver com a localização geográfica. Se o indivíduo se movimenta na zona de Albufeira é ali que vão ter de ir buscar a informação. Ora, tal como referi há pouco, se existem elementos da GNR, julgo que o militar da Polícia Judiciária que ligou ao NIC de Loulé também era sargento da GNR, é natural que haja esse conhecimento de um elemento naquela área que lhe pode dar informação. E faz-se esse pedido. Digamos que é uma situação normal em termos de pedido de informação.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — O Sr. Tenente-Coronel nunca se apercebeu de nada de estranho ou de invulgar na operação de recuperação das armas em que acabou por estar envolvido enquanto comandante?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — A seguir à recuperação das armas veio a público esta questão do conflito entre a Polícia Judiciária Militar e a Polícia Judiciária. Houve reuniões onde esteve presente também a Guarda Nacional Republicana, salvo erro no DIAP. Eu tive conhecimento disso, porque o Sr. Diretor da Direção de Investigação Criminal, na altura, que depois também foi substituído, me referiu essa situação e, portanto, eu, a partir daí, apercebi-me de que havia ali um conflito entre as polícias relativamente a esta questão.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — O Sr. Tenente-Coronel ou algum seu subordinado estiveram presentes em Santa Margarida quando foi barrada a entrada à Polícia Judiciária pela Polícia Judiciária Militar?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Eu não estive... Eu nunca acompanhei as ações que foram feitas no terreno.

Os militares do Núcleo de Investigação Criminal na altura da recuperação do material estiveram presentes. No entanto, na altura em que a Polícia Judiciária foi barrada em Santa Margarida eu não tenho informação sobre se eles já tinham iniciado o regresso para o Algarve, uma vez que a intervenção deles lá tinha cessado.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Teve militares no local quando foi recuperado material?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sim, estiveram nesse local os três militares do Núcleo de Investigação Criminal que colaboraram com a Polícia Judiciária Militar. Sim, estiveram lá!

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Como é que reage às declarações do Sr. Diretor Nacional da Polícia Judiciária dizendo que todos os elementos de prova onde se encontrava esse material foram destruídos?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Eu não tenho conhecimento da forma como foi tratado o local do crime. Não sei que inspeção foi feita ao local do crime por parte da Polícia Judiciária Militar, uma vez que não houve ali intervenção dos militares da Guarda Nacional Republicana. De maneira que não posso comentar essa afirmação por desconhecimento.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Mas eles estavam lá.

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sim, os militares do Núcleo de Investigação Criminal estiveram no local.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Alguma vez contactou com o suspeito do furto João Paulino?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Não, nunca contactei, nem conheço.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Nem mandou contactar ninguém?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Nem mandei contactar ninguém.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Antes do dito pedido formal de coadjuvação, que contactos relativos a Tancos manteve com o comandante do Núcleo de Investigação Criminal da GNR de Loulé?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Relativamente a essa questão, os contactos que mantive com ele iniciaram-se no final do mês de agosto quando ele me relatou que tinham tido essa abordagem por parte da Polícia Judiciária Militar do Porto.

Não sei se foi logo nessa primeira vez que ele me reportou essa situação ou se foi um dia, dois dias ou algum tempo depois, que me foi dito que haveria um pedido de colaboração por parte da Polícia Judiciária. Isso são factos que correm e que não tenho bem presente. Mas eu disse que era necessário que a Polícia Judiciária Militar formalizasse esse pedido. Isto foi

ou logo na primeira reunião que tive com ele quando ele me relatou a situação, ou logo subsequentemente.

Depois, como o chefe do Núcleo de Investigação Criminal acompanhava as situações no terreno ele informava-me sumariamente sobre se havia ou não avanços, mas nada que fosse de relevo para mim, porque a informação que ali estava interessava concretamente à Polícia Judiciária Militar e à ação que eles tinham em curso para localização do material furtado.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Voltámos a repetir e a dizer que essa informação não interessava à Polícia Judiciária Militar, que não era a responsável pela investigação, mas, sim, à Polícia Judiciária a quem os senhores não davam informação.

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sr. Deputado, nós nunca fomos abordados pela Polícia Judiciária.

Naturalmente, se tivéssemos essa abordagem por parte da Polícia Judiciária tal como colaborámos com a Polícia Judiciária Militar teríamos colaborado da mesma forma com a Polícia Judiciária. Não me parece que fosse diferente, a não ser que fosse suscitada também alguma espécie de incompetência em termos de investigação, mas não me parece que fosse diferente a atitude de relação da GNR com a Polícia Judiciária Militar ou com outro órgão de polícia criminal que se se afigurasse competente para aquilo que se estava a fazer ou para aquilo que se estava a pedir.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Eu não estou a dizer que a GNR é que estava a esconder prova. Não! O que sei é que a GNR em muitos casos é ela própria a solicitar a presença da Polícia Judiciária, porque entende que o tipo de crime ultrapassa a capacidade, ou a dimensão, ou a autonomia que a GNR

tem. Neste caso é que entenderam que não, entenderam que deviam ficar fechados só no núcleo da Polícia Judiciária Militar.

Os investigadores da GNR e da Polícia Judiciária Militar fizeram um acordo para manter o anonimato do principal suspeito do furto, a pedido do mesmo e em troca do material militar?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Nunca me foi transmitida qualquer informação que tivesse a ver com isso.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — O Sr. Tenente-Coronel já tinha ouvido falar do tão falado João Paulino?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Esse nome... Essa pessoa com quem os militares do Núcleo de Investigação Criminal contactaram, vim mais tarde a perceber que seria esse João Paulino, mas, na altura, eu não tinha o conhecimento da identidade dessa pessoa. Era um indivíduo... Um dos militares tinha esse contacto, que foi depois transmitido à Polícia Judiciária Militar. Mas eu não tinha conhecimento da identidade do indivíduo, sendo que, posteriormente, vim a concluir que seria esse indivíduo João Paulino, presumo eu.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Sim, mas seria um nome que estaria identificado dentro da investigação criminal da GNR não por ir à missa duas vezes, nem por ser bom rapaz...?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Tanto quanto sei, nós, na GNR, não tínhamos informação relativamente à atividade criminal desse indivíduo.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Pois!

O Sr. Tenente-Coronel conhece os militares Bruno Ataíde, Lima Santos e Mário Laje de Carvalho da GNR?

O Sr. Ten. Cor. **Luís Sequeira**: — Sim.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Para já, ficamos por aqui.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

Não sei como interpretar o seu «para já», na medida em que concluímos esta ronda e não registo nenhum pedido de palavra para uma segunda ronda.

Assim, cumpre-me, em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito, agradecer ao Sr. Tenente-Coronel Luís Sequeira os esclarecimentos prestados a instâncias de todos os Srs. Deputados.

Permito-me apenas chamar a atenção, antes de dar por encerrada esta reunião, que na próxima semana a Comissão reunirá a partir das 10 horas de terça feira.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 19 horas e 15 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.